



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

SEMA-CONSEMMA/SEMA-Conselho Municipal do Meio Ambiente Ata de Reunião Ordinária

09/2022

No dia 26 (vinte e seis) do mês de setembro do ano de 2022, às 16h00, os conselheiros informados na lista de presença reuniram-se virtualmente. A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho, Jonas Henrique Pugina.

Primeiramente foi realizada a aprovação das ATAS da 8ª Reunião Ordinária e 2ª Extraordinária, sendo que a ATA da 8ª reunião ordinária foi aprovada por unanimidade, enquanto houve a abstenção de votação da conselheira Ariella Besing sobre a ATA da reunião extraordinária e aprovada pelos demais membros.

Em relação à pauta, Jonas Henrique Pugina propõe invertê-la para proporcionar o direito de apresentação a professora Ana Paula Vidotto Magnoni sobre os planos de manejos dos parques municipais. O que foi aprovado pelos membros. A professora falou sobre a necessidade dos parques possuírem planos de manejos atualizados e o dever do CONSEMMA, principalmente enquanto câmara de biodiversidade, acompanhar os trabalhos. Jonas Henrique Pugina acrescenta que existem hoje termos de referências formulados pela SEMA para aquisição da atualização dos planos de manejo e sugere que seja enviado à CT Biodiversidade para revisão e após encaminhar para licitação, proposta que foi aprovada pela plenária.

Houve a apresentação das Câmaras Técnicas começando pela ODS – ONU 2030, apresentada pela conselheira. Foi feita uma breve apresentação dos membros, a descrição por lei das funções e atribuições da câmara, bem como os objetivos, os quais incluem uma tríade tratando-se de desenvolvimento ambiental, econômico, social entre outros. Gilmar Domingues presta apoio a conselheira e se coloca à disposição para dialogar junto ao IPPUL.

Em seguida houve a apresentação da Câmara de Educação Ambiental pelo membro convidado Gustavo Henriques Marconi Dos Santos, o qual discorreu sobre a Política Municipal de Educação Ambiental e sua importância para o Município destacando os principais pontos, tais como: Plano municipal de educação, 15% dos valores do FMMA direcionados para projetos de educação ambiental.

Jonas Henrique Pugina informa que o intuito da reunião era somente expor e apresentar os trabalhos das CT'S pelos membros, de maneira que eventuais apontamentos devem ser encaminhados direto às Câmaras, em momento oportuno. Ainda acrescenta que os servidores da SEMA para assessoramento às CT'S já foram indicados através de ofício para composição das câmaras.

Raimundo Maia Campos Junior se manifesta lembrando que o projeto PROVERDE deve ser acrescentado na CT de Educação Ambiental.

Edivaldo Viana questiona se a elaboração do Plano Municipal de Educação vai envolver outros órgãos para eventuais colaborações. Gustavo Henriques Marconi dos Santos responde que o plano não é feito pelo CONSEMMA e sim por entidades e órgãos que atuam no segmento da educação. "O conselho ajuda na organização e desenvolvimento do projeto".

Ana Paula Rodrigues Pinto sugere que 30 (trinta) dias após a reunião, ou seja, 27 de outubro, as câmaras técnicas encaminhem ao e-mail do CONSEMMA o plano de trabalho definitivo para que possa ser disponibilizado para todos os membros do Conselho. Acrescenta ainda que a proposta do Raimundo Maia Campos Junior em incluir o PROVERDE na CT de Educação Ambiental será colocada como pauta na

próxima reunião da Câmara Técnica, de maneira que somente depois de devidamente esgotado o assunto seja levado à plenária do CONSEMMA.

Laila Pacheco Menechino discorre sobre a importância de definir calendários fixos das reuniões feitas pelas câmaras técnicas, para que seja possível divulgar com antecedência e permita que todos tomem ciência.

Ana Paula Rodrigues Pinto se manifesta sobre o PROVERDE dizendo que já existe legislação que o define; já quanto aos 15% de recursos destinados a projetos ambientais, trata-se, a seu ver, de outro assunto que deve ser cuidado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental.

A Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Saneamento foi apresentada pelo convidado Gustavo Henrique Marconi dos Santos com auxílio de Vinicius Mello Iria, ressaltaram a importância da análise das águas de Londrina para verificar a qualidade. Alerta da necessidade do controle dos poços artesanais abertos no Município.

Ao final da apresentação Raimundo Maia Campos Junior e Fábio César Alves Cunha se posicionaram, o primeiro no sentido que a Sanepar possui um controle de poços artesanais, pois eles cobram uma taxa de esgoto e colocam hidrômetro, já o segundo relembra que houve discussão na Câmara Técnica sobre a qualidade da água tratada para consumo, que deve ser também objeto de constantes análises.

Edson Henrique Gaspar Massi, pondera que todos os ofícios enviados à Sanepar e as respectivas respostas encontram-se no drive do conselho.

Pela Câmara Técnica de Biodiversidade, através da professora Ana Paula Vidotto Magnoni, foi realizada uma breve apresentação, mencionado sobre Plano Nacional da Mata Atlântica, sobre a UC'S; necessidade de ações conjuntas com outras Câmaras Técnicas para construção e revisão dos termos de referência dos planos de manejo dos parques, no intuito de garantir repasses de verbas do ICMS ecológico; foi falado sobre PSA entre outros. A conselheira convida ainda todos os membros do CONSEMMA que desejem participar dos trabalhos da CT de Biodiversidade e informa que será encaminhado o calendário de reuniões.

A Câmara Técnica Fundo Municipal do Meio Ambiente, por meio da conselheira Laila Pacheco Menechino, inicia sua exposição informando que ficou definida todas as primeiras terças-feiras do mês como data fixa para reunião da Câmara. A finalidade principal desta câmara seria, segundo ela, entender o histórico do FMMA; definir objetivos claros para o uso do fundo; regulamentar; dar transparência para todos os recursos que serão usados do fundo, além dos recebidos tais como ICMS ecológico; trabalhar numa regulamentação para o uso do recurso do fundo; prestação de contas; definir a maneira pela qual pode ser usada esta verba; elaborar relatório das aprovações que já ocorreram pelo CONSEMMA em outras gestões e se essas ATAS continuam válidas; se houve preclusão temporal das decisões passadas, bem como a necessidade de fazer um levantamento histórico dessas deliberações. A conselheira informa que até dezembro a Câmara Técnica pretende apresentar um relatório minucioso do fundo e uma minuta de Decreto.

Ana Maria complementa que o FMMA se assemelha a uma financeira e precisa ter um canal de comunicação direto com SEMA, de maneira que seja possível saber a movimentação do FMMA em tempo real, além de uma regulamentação específica para que os objetivos do FMMA não sejam desviados e haja mais transparência.

A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos – foi apresentada pela conselheira Ariella Kely Besing Motter que faz uma breve explanação informando a especificidade dos assuntos tratados na comissão, tal qual a resposta de recurso relativos a Processos Administrativos. “Para o primeiro semestre do ano que vem a ideia é que se retome a parceria com as universidades, de modo que os recursos sejam confeccionados por eles e depois aprovados pelos membros.” Ressalta que o encaminhamento dos processos administrativos às universidades não se destina terceirizar o trabalho da CT Jurídica e esclareceu que “pretende-se com isso dialogar com as universidades e capacitar os estudantes, tal qual uma espécie de estágio.”

Ariella Kely Besing Motter acrescenta que o intuito da parceria com as universidades é no sentido de contribuir para celeridade dos processos e criar padronizações dos pareceres emitidos pelo CONSEMMA no longo prazo. Outro ponto abordado foi o de buscar uma proximidade com o Poder Legislativo na

elaboração de leis ambientais, assim como deverá acontecer com a atualização do Código Ambiental Municipal e a CT pretende colaborar emitindo parecer.

Em relação às Câmara Temporárias, Jonas Henrique Pugina explica que foram criadas somente para atender um objetivo específico e em determinado lapso temporal.

A Câmara Técnica Temporária do PROVERDE, apresentada por Ana Paula Rodrigues Pinto, tem por objetivo principal a retomada dos editais do PROVERDE nesta primeira fase de trabalho, fazendo uma revisão da legislação; análise material e estrutural do PROVERDE; programar a publicação dos editais. PROVERDE foi criado em 2015, com a intenção de apoiar a iniciativa de projetos que visassem a conservação do meio ambiente e de boas práticas ambientais, mediante apoio financeiro, recursos humanos e de materiais. Os projetos precisam seguir alguns critérios estabelecidos em legislação. “O papel do conselho é trabalhar na gestão e articulação dos entes necessários para que possa fazer a análise do PROVERDE. Ou seja, verificar o funcionamento de outros programas semelhantes tais como o PROMIC; analisar se a estrutura que SEMA irá dispor para o PROVERDE atenderá a demanda. A ideia é que a partir de março do próximo comecem a ser divulgados os editais do PROVERDE.”, informa a conselheira.

Sobre a Câmara Técnica de Revisão de Regimento Interno, a conselheira ANA PAULA RODRIGUES PINTO, diz que não teve nenhuma reunião até o presente momento. Jonas Henrique Pugina acrescenta que a finalidade da comissão é bem clara, revisar regimento interno. Ana Paula Rodrigues Pinto diz que é importante que a CT seja conduzida em conjunto com os membros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

Ficou acordado por unanimidade que até dia 27 de Outubro os membros das CTS encaminharão via e-mail os planos de trabalhos de cada comissão contribuindo para elaboração do relatório trimestral obrigatório do conselho, conforme regimento interno para garantir publicidade aos trabalhos elaborados pelo Conselho.

Por fim, Jonas Henrique Pugina apresenta de maneira breve o plano de trabalho da Câmara Técnica Executiva – dividindo em duas estruturas: 1- administrativa organizacional (articulação e criação de uma estrutura na SEMA que atenda as deliberações do conselho, mecanismos garantindo a transparência do CONSEMMA e do Fundo Municipal do Ambiente; fortalecimento das Câmaras Técnicas; revisão do regimento interno) 2- atuação política – fortalecer o COMSEMMA, articulação com o Poder Público para elaboração do PSA; publicação dos editais do PROVERDE; elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica; acompanhar a gestão dos parques (plano de manejos e criação do conselho gestor); incentivo a criação de RPPNS, APAS ou outras modalidades. Ressalta Jonas Henrique Pugina, que tais objetivos foram extraídos das propostas apresentadas na conferência municipal do ambiente.

Seguindo a pauta, o presidente informa que não houve deliberação das ausências da 8ª reunião Ordinária e 2ª Extraordinária porque não houve pedido de justificativa.

Primeiro informe do dia:

Vacâncias: Ana Paula informa que foi publicado edital de vacâncias para as vagas que não haviam sido preenchidas na Conferência, sendo uma vaga destinada às ONG'S AMBIENTALISTAS e duas para pesquisa e ensino superior. Até dia 06/10/2022, os interessados deverão encaminhar documentação para o e-mail do CONSEMMA, conforme edital.

Sobre as demais vacâncias Ana Paula Rodrigues informa que novo edital será aberto porque os representantes das entidades escolhidos na Conferência Municipal não entregaram a documentação correta e necessária às nomeações, como por exemplo da KURICA E REFUN. Embora notificadas, as pessoas não se regularizaram, motivo que está sendo feita a comunicação legal da perda de mandato, observando-se os artigos 10 e 11 do Regimento Interno do CONSEMMA.

Em relação à ANPEA foi recebido o ofício 53/2022 e lido para os conselheiros “A Associação Norte Paranaense dos Engenheiros Ambientais - ANPEA, em virtude do desligamento do representante da ANPEA, Engenheiro Ambiental Edson Henrique Gaspar Massi, Conselheiro Titular deste mesmo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Londrina - CONSEMMA, gostaria de requerer o que segue: a) Designar a Profissional, Engenheira Ambiental Isabela Yumi Mori para assumir a vaga da ANPEA no CONSEMMA, como Conselheiro Titular, baseado no Art. 11o, VI, do Regimento Interno do próprio CONSEMMA. Nos

colocamos à disposição para os eventuais procedimentos internos do CONSEMA para aprovação de nossa nova indicação”.”

Raimundo Maia Campos Junior pede a palavra e explana que neste caso se trata de conselheiro que deve ser aprovado mediante votação, não sendo possível à entidade informar a mera troca de conselheiro. Danilo Tragino da Silva, contrapõe-se relatando que conversou com Edson e Ana Paula Rodrigues Pinto quando fizeram reunião sobre o assunto e encontraram o fundamento jurídico no regimento interno seção IV, artigo 11, inciso VI, permitindo a troca de membros da mesma instituição sem a necessidade de deliberação na plenária.

O convidado Gustavo Henrique Marconi dos Santos menciona que a vaga pertence à instituição e não ao conselho, sendo que instituição pode alterar seu representante desde que informe oficialmente essa mudança.

Ana Paula Rodrigues Pinto esclarece que a inscrição na conferência se dá por segmento, motivo pelo qual foi aceito o ofício da ANPEA. Edson Henrique Gaspar Mussi agradece o período que esteve conselheiro e se coloca à disposição. Raimundo acrescenta que as vagas se dão por segmento.

Ariella Kely Besing Motter, componente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, acrescenta deve ser acatada troca de membros pela referida entidade, uma vez que não se trata de interpretação e sim posicionamento expresso em lei devendo o Conselho seguir o que está disposto no Regimento Interno.

Jonas Henrique Pugina agradece a manifestação e questiona se os membros acatam a fala da conselheira. Houve concordância dos membros participantes na reunião ordinária.

Segundo informe: implementação do Plano Municipal da Mata Atlântica, Jonas Henrique Pugina diz que foi uma manifestação da Câmara de Biodiversidade, inclusive uma solicitação antiga da conselheira Ana Paula Vidotto Magnoni. O presidente acrescenta que a universidade UNOPAR, precisou fazer um Estudo de Impacto de Vizinhaça no ano de 2017 e este EIV, por motivos diversos, não foi cumprido em sua totalidade, de maneira que foi solicitada elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica de Londrina, como umas das medidas de compensação ambiental. A elaboração do plano vai se dar por meio de diretrizes e supervisão pela SEMA.

Ana Paula Rodrigues Pinto questiona quem acompanhará a elaboração do Plano que será feito pela Unopar. Jonas Henrique Pugina responde: “será produzido um termo de referência com as diretrizes pela Secretaria, seguindo a legislação que estabelece quais pontos serão obrigatórios, além do que os servidores da SEMA participarão do grupo de criação para formular o documento e nada impede que futuramente seja encaminhado ao CONSEMMA para revisão.”

Cleber Gustavo de Góes diz que é de interesse da Câmara Técnica de Biodiversidade participar na elaboração desse TR, haja vista que a lei traz tão somente conteúdos mínimos que devem estar presentes no termo, necessitando de complementação para que seja ajustado ao contexto e necessidades específicas do Município. Ainda, relembra aos membros, que a elaboração do Plano requer a participação ativa da sociedade, e que compete por lei a aprovação do Plano pelo CONSEMMA.

Jonas Henrique Pugina, agradece a participação do Cleber Gustavo de Góes e informa que a elaboração do termo de referência deve passar previamente pelo CONSEMMA, para ajustes e revisões, depois de concluído, encaminhado para votação.

Terceiro informe: Reunião do PSA com a Secretaria de Governo. Cleber Gustavo de Góes e Jonas Henrique Pugina participaram e ficou definido que precisa caminhar em dois sentidos: primeiro aprimorar a legislação e depois passar para a Secretaria de Governo. Ao mesmo tempo verificar casos eficientes, “inclusive o Secretário de Governo propôs que façamos uma visita técnica com os Municípios da região Metropolitana de Curitiba que já tem esse trabalho.”, relata, Jonas.

Cleber Gustavo de Góes pede a palavra para registrar que embora o servidor Thiago Henrique Domingues estivesse presente representando à SEMA, notou-se a falta do Secretário Ronaldo Siena, tanto pelo Secretário de Governo quanto pelo conselheiro, uma vez que o assunto pautado se tratava de tema relevante e precisaria especialmente do apoio político do Secretário Ronaldo Siena, o que não seria possível ser realizado por outro servidor. Cleber Gustavo de Góes acrescenta que Ronaldo Deber Siena

havia se comprometido em contribuir com a parte política e ressalta que “espera que a SEMA continue contribuindo com o prometido”.

Quarto informe: Apresentado pelo presidente. Foi feito um convite para Promotora do Meio Ambiente participar de uma reunião do CONSEMMA; ela demonstrou interesse e se dispôs a participar da reunião 10ª reunião ordinária, no dia 31 de Outubro.

A conselheira Ana Paula Vidotto Magnoni informa manifestação sobre ausência de Fabio César Alves Cunha e pede que as convocações sejam feitas via e-mail.

Isabella, nova participante em substituição ao Edson Henrique Gaspar Massi (ANPEA), se apresenta aos membros e recebe as boas -vindas por todos os conselheiros.

A reunião encerrou às 18:14hs.

Ata aprovada em plenária dia 31.10.2022.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Henrique Pugina, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente**, em 03/11/2022, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8908244** e o código CRC **C4C384E7**.